

CAPITAL NATURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM COM VISTAS AO ECODESENVOLVIMENTO E AO ECOTURISMO¹

Wilson Junior Weschenfelder²

Introdução

Diversas atividades econômicas têm criado problemas à saúde humana e ao planeta e isso tem gerado um grande debate mundial pelas questões relativas à preservação do meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável. Este crescimento desenfreado de diversos países, de setores industriais e da tecnologia têm demonstrado uma relação insustentável no uso dos recursos naturais e que, conseqüentemente, levará a sérios problemas futuros.

“Hoje enfrentamos uma circunstância absolutamente nova, sem precedentes em toda a história humana. Quando começamos, há centenas de milhares de anos (...) éramos incapazes de provocar mudanças importantes no meio ambiente global. (...) Somos agora capazes de, intencionalmente ou inadvertidamente, alterar o meio ambiente global” (SAGAN, 1998, p. 82).

Apesar da ilusão que o progresso técnico e científico levariam à uma revolução no desenvolvimento econômico e social, o uso irracional e a exaustão de alguns recursos naturais e a incapacidade do planeta em auto-depurar os resíduos provenientes deste progresso, demonstram que esta aceleração ao crescimento deve ter limite.

Dessa visão economicista, Rodhe (1994) verifica quatro fatores que tornam a civilização contemporânea claramente insustentável a médio e longo prazo:

1. crescimento populacional humano exponencial;
2. depleção da base de recursos naturais;
3. sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética;
4. sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material.

¹ Artigo apresentado à disciplina de Interação entre Economia e Meio Ambiente, ministrada pelo profº Dr. Silvio Arend do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado.

² Autor e aluno do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.

Destaca-se, também, as diversas ações reclamadas por Organizações Não Governamentais, Associações, Instituições e cidadãos, vendo-se poucas propostas na esfera política com o objetivo de discutir ou, até mesmo, limitar o problema.

Visto a importância destas questões para o futuro do seres vivos do Planeta, a literatura sobre capital natural, desenvolvimento sustentável e mesmo sobre o ecodesenvolvimento e atividades de conscientização ambiental (ecoturismo) não são suficientes para dar suporte à implementação de políticas públicas.

O certo é que o conhecimento do capital natural, da complexidade para compreender e implantar a sustentabilidade são os pontos chaves para as questões do uso sustentável dos recursos naturais e suas aplicações para o ecodesenvolvimento e para o ecoturismo. Assim, o presente artigo propõe discutir o capital natural e desenvolvimento sustentável e destacar sua importância para o ecodesenvolvimento e para as atividades ecoturísticas.

1 Capital Natural

O uso do termo capital tem uma grande importância para entender o conceito de capital natural, pois o termo define um estoque que gera um fluxo de bens e serviços, onde o estoque pode ser artificial ou natural. Tratando de estoque natural (por exemplo, uma floresta), a produção anual é chamado de renda sustentável e o estoque de capital é definido como capital natural.

Outra questão refere-se à inter-relação entre capital natural, renda natural e recursos naturais, onde capital natural e renda natural é o estoque e o fluxo dos recursos naturais. Relativo aos estoques de capital natural, podemos citar dois tipos: capital natural renovável ou ativo e o capital natural não-renovável ou inativo.

Este dilema sobre o capital natural também demonstra a visão capitalista da natureza, onde:

“Referir-se à Terra, incluindo nela os seres vivos, como “capital natural” já é uma forma de reduzir a natureza a um instrumento para uso humano, reduzi-la a um fator de produção, como outro qualquer. Por isso, é importante lembrar que este “capital” é a precondição básica não somente a existência da produção, mas para existência da própria vida têm direito de existir, independentemente de seu uso para os seres humanos.” (MERICCO, 1996, p. 35)

Constanza (1994, p. 122) define capital natural como sendo a “estrutura do solo e da atmosfera, a biomassa de plantas e animais, etc., que, todos juntos, formam a base de todos os ecossistemas”.

Para MacDonald *et al.*, citado por Denardin & Sulzbach (2002), “capital natural constitui-se de nosso ambiente natural, ou seja, é o estoque de recursos naturais ou ativos ambientais existentes (por ex. florestas e terras agriculturáveis), que produzem um fluxo de bens e serviços úteis à sociedade. Capital natural, portanto, fornece toda espécie de funções ambientais (bens e serviços) que a sociedade humana pode converter em produtos úteis, os quais mantêm ou elevam seu bem-estar, no presente e no futuro”.

2 O Desenvolvimento

Desde o início do capitalismo contemporâneo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns países adotaram o paradigma de que para ocorrer o crescimento de uma nação há a necessidade da industrialização em primeiro plano e, posteriormente, criar condições para o bem estar social.

No Brasil, por outro lado, tentou-se realizar o crescimento principalmente, a partir da década de 60, desenvolvendo uma indústria extrativa baseada nos recursos naturais, como minérios e produtos agrícolas, não se preocupando em preservar o meio ambiente ou mesmo utilizar os recursos naturais de forma sustentável. Andrade (2002) cita que neste período iniciou-se uma política de integração nacional com aberturas de estradas para que os povoados se integrassem ao Brasil econômico, gerando o avanço de empresas exploradoras de recursos naturais, criando condições insalubres ao meio ambiente e dizimando os povos indígenas.

Com a transição do período fordista, que segundo Etges (2005), ocorreu nas últimas décadas do século XX quando o fordismo entra em crise e surge a acumulação flexível, há uma nova ordem no sistema, ocorrendo a valorização dos empreendimentos inovadores e estimulando as decisões rápidas, eficientes e fundamentadas. Assim, o conhecimento técnico e científico tornou-se mercadorias a serem produzidas e vendidas, como também o controle do fluxo de informações e dos veículos de marketing, gerando um mundo altamente competitivo (HARVEY, 1992).

Santos (2003) descreve que este modelo de consumo, contribuiu rapidamente para a penetração do sistema capitalista, gerando uma questão de interesses ocultos, de conquista e dominação. Contudo, os projetos de desenvolvimento implementados

nas últimas décadas, “é que a primazia de fatores essencialmente econômicos sobre os demais fatores (sociais e ambientais, por exemplo) vem perdendo o fôlego” (SIEDENBERG, 2004).

3 Desenvolvimento Sustentável

Segundo Brügger, citado por Benetti (2006), na expressão desenvolvimento sustentável, a palavra sustentável costuma adquirir um sentido mais específico, remontando aos conceitos da ecologia, referindo-se, então, à natureza homeostática dos ecossistemas naturais e à sua perpetuação.

Capra (1996, p.34) acredita que uma sociedade é sustentável quando ela é projetada de tal forma que “seu modo de vida, seus negócios, sua economia, suas estruturas físicas, sua tecnologia não interfiram com a inerente habilidade da natureza de manter a sua teia da vida”.

Em 1983, a Assembléia das Nações Unidas encomendou um relatório à comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamado de Relatório Brundtland, que foi publicado em abril de 1987 e posteriormente denominado “Nosso Futuro Comum”, difundindo o conceito de desenvolvimento sustentável e possuindo três principais vertentes: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, induzindo a sociedade a um espírito de responsabilidade comum.

O Relatório de Brundtland traz a seguinte definição: “o desenvolvimento sustentado é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades”. Esta definição está centrada na sustentabilidade do desenvolvimento econômico e é criticada por vários autores, que insistem que não se pode pensar nas gerações futuras quando parte da geração atual não atende às suas necessidades básicas.

Silva, citado por Benetti (2006) apresenta uma síntese das características básicas que a sustentabilidade deve possuir: 1) caráter progressivo, 2) caráter holístico e 3) caráter histórico, onde:

1) Caráter Progressivo

- Tendência: a sustentabilidade apresenta como uma condição a ser introjetada em um processo onde se pretenda atingir determinadas metas devendo ser continuamente construída e permanentemente reavaliada.

- Dinâmico: não se trata de algo tangível que se adquira definitivamente e completamente, mas uma condição que deve interagir com o dinamismo da realidade em que se insere, adequando-se a fatores conjunturais, estruturais ou imprevisíveis.

2) Caráter Holístico

- Plural: a sustentabilidade é pluridimensional e envolve aspectos básicos tais como: ambientais, econômicos, sociais e políticos. Novas dimensões podem ser acrescentadas se o problema em questão assim o exigir.

- Indissociabilidade : além do caráter plural que pressupõe o envolvimento de vários aspectos, existe um vínculo indissociável entre eles exigindo a sua plena consideração para que se garanta uma condição sustentável.

- Interdisciplinar: devido à amplitude de interações que são contempladas em suas considerações, demanda a confluência de diferentes áreas do conhecimento, tanto para a construção de suas compreensões teóricas como de suas ações práticas.

3) Caráter Histórico

- Temporal: a relação de tempo adquire uma importância fundamental no equacionamento das ações praticadas no passado, no presente e as que serão exercidas no futuro. Quando se trata do meio urbano, geralmente se adota o tempo social do universo antrópico.

- Espacial: embora a noção de sustentabilidade tenha um forte perfil de origem que valoriza as condições endógenas, ela não pode prescindir da inserção e interação dos contextos locais com os mais amplos, contemplando também as causas e conseqüências das “pegadas ecológicas”.

- Participativo: a preservação de uma condição sustentável tem uma forte interdependência com o aspecto da diversidade participativa dos agentes sociais, na medida em que a presença ou não deste fator pode tanto contribuir, como comprometer as metas pretendidas.

O conceito desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações (BRÜSEKE, 1994).

Segundo Rodhe (1994):

“a possibilidade da construção de uma sustentabilidade deve levar em conta os princípios extraídos dos recentes avanços nos paradigmas e teorias científicas, uma vez que a insustentabilidade atual foi resultante, em grande parte, do

conhecimento superado anterior, inadequado, de convivência com o meio ambiente”.

O autor também cita os princípios filosófico-científicos, emergentes dos novos paradigmas e teorias, que podem tentativamente compor a base para a construção da sustentabilidade, são os seguintes:

a) *Princípio de contingência*: refere-se à possibilidade ontológica do novo não-necessário, do diferente contraditório, constituindo o contexto filosófico da teoria da auto-organização.

b) *Princípio de complexidade*: opõe-se ao reducionismo praticado de forma generalizada pelas ciências, tendo ainda que fornecer as bases para uma Razão aberta, que reformule a evolução do fechamento racional simplificador anterior. A complexidade deve fazer frente à irracionalidade e a racionalidade, às racionalizações, incerteza e ambigüidade.

c) *Princípio de sistêmica*: engloba a a abordagem holística quanto à totalidade, além de incluir aspectos sobre autonomia e integração. A sistêmica tem relação com a complexidade, com a recursividade e com a energia.

d) *Princípio de recursividade*: baseia-se no paradigma *re* e está presente nas ciências, na auto-organização, no novo método, no holismo, na emergência e no caos-fractais. A recursividade põe a organização ativa como sinônimo de reorganização permanente.

e) *Princípio de conjunção*: é o contraponto teórico e prático da disjunção mecânico-causalista anterior, ou seja, a articulação dos campos do conhecimento, dos saberes e das abordagens, permeando todos os paradigmas científicos novos.

f) *Princípio de interdisciplinaridade*: permeia todos os novos paradigmas científicos, desde o novo método até os fractais. É sobretudo na abordagem sistêmica, na complexidade e na questão ambiental que a interdisciplinaridade possui maior relevância.

Lima, citado por Benetti (2006) considera que é importante debater sobre a decisão e sobre as responsabilidades, sobre as estratégias e sobre o mecanismo de se atingir a sustentabilidade do desenvolvimento. Para o autor, o debate se divide em três posições básicas, que defendem respectivamente:

a) uma visão estatista - considera que a qualidade ambiental é um bem público que deve ser normatizada, regulada e promovida pelo Estado, com a

complementaridade das demais esferas sociais, em plano secundário (o mercado e a sociedade civil);

b) uma visão comunitária - considera que as organizações da sociedade civil devem ter o papel predominante na transição rumo a uma sociedade sustentável. Fundamentam-se na idéia de que não há desenvolvimento sustentável sem democracia e participação social e que a via comunitária é a única que torna isto possível; e,

c) uma visão de mercado - afirma que os mecanismos de mercado e as relações entre produtores e consumidores são os meios mais eficientes para conduzir e regular a sustentabilidade do desenvolvimento.

Segundo Brasil (1988), a partir da Constituição de 1988 houve uma redefinição do papel dos municípios no país, pois estes passaram a assumir a responsabilidade pela formulação e implementação de diversas políticas públicas, sobretudo na área social; prática que ganhou espaço e legitimidade para se efetivar. A partir daí, acelerou-se o processo de práticas inovadoras em gestão local e abrindo o caminho para políticas de desenvolvimento que contemple as questões do meio ambiente e de sua sustentabilidade.

Assim, “diante do preocupante quadro de degradação ambiental, propostas de desenvolvimento, fundamentado na sustentabilidade, desafiam a sociedade moderna na reconstrução do mundo” (WESCHENFELDER, 2005).

4 Ecodesenvolvimento

Conforme Souza (2000) o ecodesenvolvimento pressupõe uma multidimensionalidade que abrange cinco níveis de sustentabilidade: a social, a econômica, a espacial, a cultural e a ambiental.

“O Ecodesenvolvimento se coloca em uma perspectiva crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável de mercado dos organismos multilaterais, e apresenta uma abordagem alternativa, baseada no desenvolvimento local, na prudência ambiental, nas tecnologias adaptadas, nas forças endógenas das localidades e, o mais importante, na participação popular no processo de planejamento do desenvolvimento local” (SOUZA, 2000, p. 161)

Montibeller-Filho (2001) elaborou um quadro para as proposições de Sachs para o ecodesenvolvimento com os princípios do desenvolvimento sustentável (Tabela 1):

Tabela 1: Princípios do ecodesenvolvimento baseado no desenvolvimento sustentável.

Dimensão	Componentes	Objetivos
Sustentabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> - criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada; - produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	Redução das desigualdades
Sustentabilidade Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - fluxo permanente de investimentos públicos e privados; - manejo eficiente dos recursos; - absorção, pela empresa, dos custos ambientais; - endogeneização: contar com suas próprias forças. 	Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa
Sustentabilidade Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; - prudência no uso dos recursos naturais; - prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; - redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia; - tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; - cuidados ambientais. 	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações
Sustentabilidade Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - desconcentração espacial (de atividades e de população); - desconcentração/democratização do poder local e regional; - relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos). 	Evitar excesso de aglomerações
Sustentabilidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - soluções adaptadas a cada ecossistema; - respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Fonte Principal: Ignacy Sachs (1993) adaptado por Montibeller-Filho (2001)

5 Planejamento do turismo

O desenvolvimento de atividades de turismo baseadas no capital natural devem ser numa maneira que se preserve sua atratividade, ou seja, que ao longo do tempo seus atrativos continuem intactos e motivando a vinda de turistas, sendo assim, o planejamento é imprescindível de modo a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo (SALVATI, 2004).

Planejar o turismo tendo por base o ordenamento territorial é uma estratégia política imprescindível para o equilíbrio, em longo prazo, do seu desenvolvimento no espaço urbano e rural e em respeito aos seus princípios básicos e constitucionais de promoção do desenvolvimento econômico e social (SALVATI, 2004).

O planejamento também pode, segundo Salvati (2003, p. 33), ser entendido como “a definição de estratégias e meios para sair de uma situação atual visando alcançar uma situação futura desejada”.

Neste planejamento deve constar o potencial da área a ser trabalhada, o nível de turismo desejado, a normatização da atividade e as maneiras de se chegar aos objetivos. Para Ruschmann (2001), o planejamento turístico deve abranger os aspectos sociais, ambientais, históricos e culturais da região, para assim desenvolver uma atividade turística sustentável.

Segundo Ruschmann (1997), os conceitos de turismo sustentável e desenvolvimento sustentável estão intimamente ligados a sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isto porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação e da viabilidade de seus recursos de base e de como os atores locais se relacionam.

Contudo, a atividade do ecoturismo deve abranger, em sua conceituação, a dimensão do conhecimento da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável (EMBRATUR, 1994, p.19).

Também deve ser observada a ordenação dos locais de interesse turístico, pois a Lei Federal 6.513/77 (BRASIL, 1977) que trata das Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico, visa não somente a definição de áreas para desenvolvimento de projetos turísticos, como ressalta que para atingir este objetivo são necessárias, entre outras, ações e normas de controle do uso e ocupação do solo. (SALVATI, 2004)

O planejamento ambiental voltado para a sustentabilidade do desenvolvimento requer a construção de novos paradigmas de planejamento que, entre outros aspectos, passam pela negação dos axiomas que sustentam o cientismo e o tecnicismo (STROH, 1994).

Nesta perspectiva, a biodiversidade tem de ser tratada com base num planejamento estratégico, onde o risco de perdas irreversíveis seja minimizado através do Princípio da Precaução (ROMEIRO, 2006).

6 Turismo

6.1 A história do Turismo

O turismo tem sua origem na palavra *tur*, do hebreu antigo, correspondendo ao conceito de “viagem de descoberta, de exploração, de reconhecimento” (OLIVEIRA, 2001, p.17).

As viagens sempre estiveram presentes na vida dos homens desde as mais antigas épocas e vários motivos também obrigavam o homem a se deslocar (Tabela 2).

Tabela 2: Exemplos das primeiras viagens.

Época	Objetivo
776 a.C.	A Grécia Antiga viajava para os primeiro Jogos Olímpicos
27 a.C. a 476 d.C.	O Império Romano construía estradas e realizava viagens para lazer, comércio e para conquista
326 d.C.	Cristãos peregrinavam à Jerusalém
A partir do século VI	Maometanos peregrinavam à Meca
A partir de 813	Cristãos peregrinavam à cidade de Santiago da Compostela
1254	Marco Pólo realiza a viagem à China
1453	Portugueses e espanhóis buscavam novas rotas com o uso de barcos
Séculos XVI ao XVIII	Viagens escolares com objetivo de aumentar os conhecimentos
Século XVI	Europa e Oriente reiniciavam as viagens de mercadores

	França realizava viagens de lazer: <i>Petit Tour</i> e <i>Grand Tour</i>
Século XVII	Jovens ingleses viajavam à países europeus para complementar a formação
Final do século XVIII	Mulheres iniciam a viajar com seus maridos pela Europa
Final do século XVIII e início do século XIX	Ampliou-se as viagens para o oriente
1785	O historiador Gibbon relata que mais de 40 mil ingleses haviam visitado a Europa neste ano
1811	O escritor Chateaubriand publica <i>Itinéraire de Paris à Jérusalem</i>
1816	Johann Goethe publica o relato de viagens na Itália
1818	Lord Byron relata os encantos de Portugal, Espanha, Grécia, Albânia e Itália

Fonte: adaptado de Oliveira (2001)

Barros (2005) trata que foi a época - século XX – que se verificou as sensíveis transformações no campo social, econômico, político e tecnológico, também houve efeitos diretos no turismo, pela modernização nos transportes e do setor de construção civil (RUSCHMANN, 2001).

Foi nas sociedades pós-industriais que o turismo, juntamente com o lazer, a cultura, as artes, o esporte e a preocupação com a qualidade de vida se desenvolveram. Atualmente é uma das atividades reconhecidamente mais importantes, tem sido considerada por governo, estudiosos e comunidades uma ótima, e às vezes, única forma para o desenvolvimento local (BARROS, 2005).

Atualmente, Oliveira (2001) trata que o turismo se deparará com novos desafios, mudanças exigências para aperfeiçoar os serviços prestados, onde as “responsabilidades crescerão perante um público consumidor exigente e com novos interesses”.

6.2 O Potencial Turístico

O Brasil, com sua grande diversidade cultural e sua ampla extensão territorial, propicia uma oferta turística das mais variadas, sendo uma atração para os próprios brasileiros e permitindo ainda a prática da maioria das modalidades de turismo ecológico e também de esportes de aventura (RAMON, 2002).

O Rio Grande do Sul, com a sua riqueza de relevos, possui um enorme potencial para o desenvolvimento do turismo sustentável baseado em seus recursos naturais físicos e bióticos. Estes fatores são indispensáveis para agradar potenciais consumidores e para o desenvolvimento regional, podendo ser observada na grande evolução que a indústria do turismo vem desenvolvendo em vários destinos turísticos pelo mundo e por todo o Brasil.

Os municípios, especialmente os de pequeno e médio porte, ainda não dispõem de tradição na busca de alternativas de desenvolvimento que respeite o meio ambiente e que considere, primeiramente, a qualidade de vida da comunidade.

Desta forma a perspectiva tradicional do desenvolvimento, obtido a partir da instalação de indústrias ou na geração de empregos a qualquer custo, se tornam frágeis com a globalização da economia, contudo, a perspectiva do crescimento com base no potencial endógeno e sob o aspecto da sustentabilidade, pode criar condições reais para o desenvolvimento regional.

6.3 O Turismo Sustentável

Para prevenir os impactos ambientais do turismo e a degradação dos recursos naturais é preciso concentrar os esforços para um desenvolvimento sustentável e não apenas do patrimônio natural, mas também aos produtos, atrativos e equipamentos turísticos.

Segundo Ruschmann (1997), os conceitos de turismo sustentável e desenvolvimento sustentável estão intimamente ligados a sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isto porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base.

Deste modo, é necessário encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente, pois o desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às

necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos.

6.4 Turismo Alternativo

De acordo com o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, Embratur (1994), há vários tipos de turismo como: o de férias, o de negócio, o de saúde, o religioso, o cultural, o esportivo, o náutico e o ecoturismo. Destaca o turismo alternativo como a modalidade de turismo que não se fixa em viagens e atividades convencionais, como o ecoturismo e o turismo de aventura.

Os tipos de turismo existentes podem ser classificados basicamente em dois grandes grupos genéricos (Figura 1): o turismo convencional ou de massa (ou massificado) e o turismo alternativo, que muitos autores chamam de turismo natural ou ecoturismo.

O turismo de aventura é o programa em que o contato com a natureza requer grandes esforços, assumindo conotação de desafio, e envolvendo expedições acidentadas, viagens arrojadas e imprevistos. Este tipo de viagem geralmente é indicado para pessoas adultas que gostam de correr riscos, como o *rafting*, o montanhismo, a espeleologia, o *mountain bike* e o mergulho.

O turismo ecológico é formado pela demanda de consumidores-viajantes por atrativos da natureza.

O turismo de estudo é a modalidade de turismo que inclui programas para aprendizado, treinamento ou ampliação de conhecimento *in situ*, envolvendo os professores e os alunos com profissionais locais, como estudos de antropologia, de botânica, de zoologia.

O turismo rural caracteriza-se pela produção e consumo de bens e serviços turísticos, em espaços e ambientes rurais como fazendas, sítios, beira-rio e semelhantes.

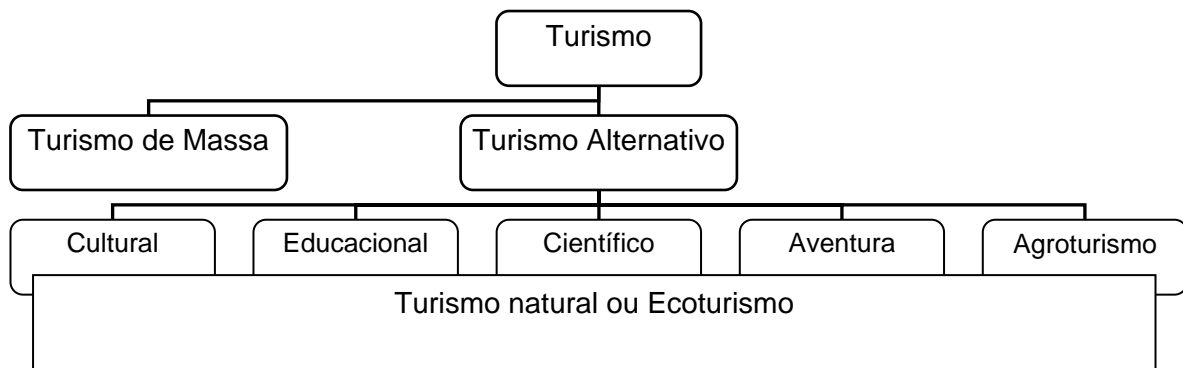


Figura 1: Atividades associadas ao turismo alternativo.
 Fonte: Mieczkowski citado por Wearing e Neil (2001, p. 5)

Troncoso (2002) também considera o ecoturismo ou turismo ecológico, como a modalidade de turismo naturalista mais especializada, cuja diferenciação de outras atividades naturalistas encontra-se na política de planejamento e manejo dos recursos naturais, educação ambiental, conhecimento e aprendizagem da natureza, entre outras.

7 O Ecoturismo

7.1 O Ecoturismo como alternativa de desenvolvimento

Com o crescimento deste novo segmento do turismo, a Embratur desenvolveu as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, conceituando como (...) uma atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994, p.19).

Este novo rumo do turismo foi logo percebido, visto que em 2001 o turismo no Brasil foi responsável pela vinda de cerca de 4,8 milhões de visitantes estrangeiros (JANER e MOURÃO, 2003).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o setor é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo, sendo que no Brasil o ano de 2002 encerrou com uma receita de 3,12 bilhões de dólares (MACHADO, 2005), demonstrando que o turismo pode ser um pivô para a economia e a geração de empregos (BENAVIDES, 2003).

Castilho e Herrscher, citados por Niefer e Silva (1999), complementam que o ecoturismo gera bilhões de dólares por ano e que ele está crescendo a taxas de 10% -

15% a.a., sendo que no hemisfério Sul mostra um crescimento de 6% a. a. devido às suas riquezas naturais e suas culturas indígenas.

Do ponto de vista mercadológico, o ecoturismo é um segmento que tem obtido um crescimento considerável ao longo dos últimos anos. Para os empresários do segmento, a estimativa é de que o crescimento do ecoturismo se situe em 20% a.a., onde o faturamento anual do turismo ecológico no Brasil se apropriaria com cerca de US\$ 70 milhões (Revista Veja citado por SAAB e DAEMON, 2000).

Conforme Janer & Mourão (2003), dos 611 mil ecoturistas que desembarcaram no Brasil em 2001, cerca de 82% destes procuram a contemplação e observação da natureza, caminhadas por trilhas (12%), pesca esportiva (2%), mergulho submarino (2%) e exploração de cavernas (2%), porém boa parte destas práticas se resume, por exemplo, num passeio de um dia no Parque Nacional do Iguaçu para ver as Cataratas.

7.2 Definição do Ecoturismo

A palavra ecoturismo é um neologismo usado pela primeira vez por Hector Ceballos na década de 80 e se formou à partir do prefixo "eco" (do grego *oikos* = casa) mais "turismo" (de origem francesa).

Com a implementação e o crescimento do Ecoturismo e com a finalidade de definir, regulamentar e conceituar a atividade, a Embratur desenvolveu as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo conceituando como um “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994, p.19).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, este setor é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo, sendo que no Brasil o ano de 2002 encerrou com uma receita de 3,12 bilhões de dólares (MACHADO, 2005), demonstrando que o turismo pode ser um pivô para a economia e a geração de empregos (BENAVIDES, 2003).

Swarbrooke, citado por Nunes e Ladwig (2004), cita que:

“Ecoturismo e turismo sustentável são coisas diferentes, e sugere que com o gerenciamento adequado o ecoturismo pode ser uma forma de turismo sustentável seguindo princípios que fundamentam o ecoturismo sustentável como: a não degradação dos recursos e o desenvolvimento ambiental;

proporcionar experiências participativas e esclarecedoras; envolver a educação entre todas as partes; incentivar o reconhecimento do valor intrínseco dos recursos naturais e culturais por todas as partes envolvidas; deve promover a responsabilidade e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural; compreensão e parcerias entre muitos dos envolvidos; assegurar que nas operações de ecoturismo a ética inerente a práticas ambientais responsáveis se aplique nas operações externas e internas trazendo benefícios em longo prazo” (Tabela 3).

O Ecoturismo, em sua concepção, apresenta três objetivos principais: sustentabilidade, conservação e fortalecimento da comunidade receptora (WEARING e NEIL, 2001; VIEIRA e NASCIMENTO, 2003). Estes objetivos colocados em prática podem fortalecer a organização social da comunidade e, segundo Riedl (2002) “com possibilidades de reverter o processo de inviabilização da atividade econômica familiar no meio rural”.

Tabela 3: Princípios básicos do ecoturismo.

- O ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano.
- O ecoturismo assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos.
- O ecoturismo gera emprego local, tanto diretamente no setor de turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos.
- O ecoturismo estimula as indústrias locais rentáveis – hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços de guia.
- O ecoturismo gera divisas estrangeiras para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local.
- O ecoturismo diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente.
- O ecoturismo busca a tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive nas populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir.
- O ecoturismo incorpora o planejamento e o zoneamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema.
- O ecoturismo estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infra-estrutura comunitária local.
- O ecoturismo cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais. Também estimula, auxiliando seu custeio, a preservação dos sítios arqueológicos e de edifícios e bairros históricos.

- O turismo natural estimula o uso produtivo das terras marginais para a agricultura, permitindo que grandes áreas conservem sua cobertura de vegetação natural.
- O turismo cultural aumenta a auto-estima da comunidade local e proporciona a oportunidade de maior entendimento e comunicação entre pessoas de diversas origens.
- O turismo ambientalmente sustentável demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social da comunidade, podendo ajudar a preservá-los.
- O ecoturismo monitora, avalia e administra os impactos do turismo, desenvolvem à todos confiáveis de contabilidade ambiental e calcula qualquer efeito negativo.

Fonte: Conferência Global 90, Corrente Turística, Estratégia de Ação, adotada em Vancouver, Canadá citado por Wearing e Neil (2001, p. 13).

Com a inserção da comunidade nos serviços que o ecoturismo demanda iniciará um processo de elevação do nível econômico da população local num todo, conseqüentemente, eleva-se também a qualidade de vida, diminuem as diferenças sociais, os conflitos, a violência (MENDONÇA, 1999). Esta mudança também pode ser alterada na forma do trabalho, pois Sampaio (2005) vê na cooperação e não na competição, uma tentativa de combater a visão somente econômica e, assim, dar suporte às atividades do ecoturismo.

Para tal, o desenvolvimento socioeconômico sustentável de uma região deve ser o objetivo maior do Ecoturismo e deve ser alcançado quando há envolvimento das comunidades anfitriãs e a preocupação premente em gerar benefícios locais (MITRAUD, 2003).

Conclusão

É visível a situação insustentável que prevalece em quase todas as atividades mundiais. O comportamento tradicional do mercado e o consumo desnecessário da população já se apresenta insustentável e a beira de um colapso à medida que se reconhece a degradação envolvida no consumo excessivo dos recursos naturais.

Este padrão de consumo de bens e serviços se apresenta questionável e seu reconhecido impacto no planeta pode gerar novos caminhos e novas práticas. Além disso, melhorar as condições econômicas de comunidades rurais elevando seu potencial de conhecimento de seu meio e na forma de melhor utilizá-lo, pode ser um bônus para um futuro incerto.

Os desafios estão postos e as conseqüências por não colocar em prática tais hábitos e comportamentos adequados ao uso sustentável do meio ambiente, podem ser extremamente danosas em um futuro próximo. Uma comunidade consciente, incluindo-se aí as instituições, associações, empresas, etc., poderá desenvolver mecanismos para concretizar mudanças necessárias, em seu trajeto em direção à experiência de desenvolvimento sustentável e ao ecodesenvolvimento. Além disso, para que tal proposta seja alcançada, políticas públicas devem ser formuladas e implementadas, tendo como suporte definições precisas de capital natural e desenvolvimento sustentável, pois sem isto, a eficácia das atividades ecoturísticas serão incertas.

Apesar da importância de políticas públicas específicas para controle do uso e manejo adequado dos recursos naturais, deve-se investir na manutenção (ou elevação) do estoque de capital natural, condição primária para garantir a biodiversidade, os processos vitais, a sustentabilidade e, conseqüentemente, fornecer o ambiente desejável ao ecodesenvolvimento e às práticas ecoturísticas.

Referências

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Formação Territorial do Brasil**. In: BECKER, Berta et al. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec. 2002. p. 163-180.
- BARROS, Paula Combacau Doria de. **Modelo de caracterização ecológica e turística para propriedades rurais: um estudo de caso**. Florianópolis, 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2005. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/14678.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2006.
- BENAVIDES, David Diaz. O programa de turismo sustentável e eliminação da pobreza. In: LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). **Turismo e desenvolvimento social sustentável**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 95-102.
- BENETTI, Luciana Borba. **Avaliação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do Município de Lages/SC, através do método do Painel de Sustentabilidade**. 2006. 215 f. Tese (Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina) UFSC, Florianópolis, 2006.

- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.
- BRASIL. Lei Federal n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/legislacao/id542.htm>>. Acesso em: 13 out. 2006.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro. p. 262. 1994. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acessado em: 27 Ago. 2007.
- CAPRA, F. **A teia da vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CONSTANZA, Robert. Economia Ecológica. In: MAY, P.H. & MOTTA, R.S. **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Editora Campus, p. 195, 1994.
- DENARDIN, V. F. & SULZBACH, M. T. Capital Natural na perspectiva da Economia. In: **I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/recursos_hidricos/Valdir%20Frigo%20Denardin.pdf>. Acessado em: 20 Ago. 2007.
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Coordenação de Sílvio Magalhães e D. Hamú M. de la Penha. Brasília, 1994.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n.3, p. 47-55, set./dez. 2005.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola. 1992.

- JANER, A.; MOURÃO. R. Elaboração do produto de ecoturismo. In: MITRAUD, Sylvia. Org. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470p. 145-188
- MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.
- MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?. In: LEMOS, Amália Inês G. **Turismo: Impactos Socioambientais**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 19-25.
- MERICO, L.F. **Introdução à Economia Ecológica**. Blumenau: Editora da FURB, 1996.
- MITRAUD, Sylvia. (org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- NIEFER, I. & SILVA, J. C. L. G. da. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. **Cadernos da Biodiversidade**, v.2, n.1, jul. 1999, p.53-61.
- NUNES, M. dos S.; LADWIG, N. I. Avaliação das potencialidades do morro do forte como local para o desenvolvimento da prática de Ecoturismo. **Revista Eletrônica de Turismo (RETUR)**. Vol. 03. nº 02. 2004.
- OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3. ed. Ver. E ampl. São Paulo: Atlas, 2001.
- RAMON. Eurípedes Ed. 2002. **Evolução do Ecoturismo**. Disponível em: <http://www.ecoviagem.com.br/ecoviagens/ecoreporter_interna.asp?codigo=3941>. Acesso em 14 abr. 2006.
- RIEDL, Mário. In RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.; BARBOSA, A. L. (Org.) **Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade**. EDUNISC, Santa Cruz do Sul. 2002. p. 7-12.
- ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro. p. 262. 1994. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acessado em: 27 Ago. 2007.

- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia e biodiversidade. **Megadiversidade**. Vol. 2. nº 1-2, dez. 2006
- RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- SAAB, W. G. L.; DAEMON, I. G. **Turismo Ecológico: uma atividade sustentável**. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/get4is10.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2006.
- SAGAN, Carl. **Bilhões e bilhões** - Reflexões sobre vida e morte na virada do milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SALVATI, Sérgio Salazar (org.). **Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas**. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo com fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2005.
- SANTOS, Milton. Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza. In: _____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Edusp. 2003. p. 13-40.
- SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. **Revista Desenvolvimento em Questão**, nº 3. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2004.
- SOUZA, Renato Santos. **Entendendo a questão ambiental**. Temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do sul: Ed. UNISC, 2000.
- STROH, Paula Yone. As Ciências Sociais na interdisciplinaridade do Planejamento Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro. p. 262. 1994. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acessado em: 27 Ago. 2007.
- TRONCOSO, B. **Rol y tipos de ecoturismo, y el potencial del país para desarrollarlo**. Disponível em: <http://www.kiskeya-alternative.org/publica/bolivar/iiferia.htm>. Acesso em: 21 jul 2007.
- VIEIRA, L. V. L.; NASCIMENTO, R. A. do. Turismo sustentável no litoral sul de Sergipe: a percepção das comunidades e dos visitantes. In: CORIOLANO, L. N. M. T. ; LIMA,

L. C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 284-293.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole. 2001.

WESCHENFELDER, Wilson Junior. **Atividades de Educação Ambiental como ferramenta para construção do conhecimento**. Santa Cruz do Sul, 2005. 60 f. Monografia – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2005.